

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

**22^a REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
BRASÍLIA, 16 A 19 DE JULHO DE 2000**

**FÓRUM DE PESQUISA 22:
A QUESTÃO ÉTICA, AS INTERVENÇÕES E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
ANTROPOLÓGICO EM CONSULTORIAS CONTRATADAS.**

**Coordenadores:
Cecília Maria Vieira Helm (UFPR)
Sílvio Coelho dos Santos (UFSC)
Maria Rosa Catullo (UNLP)**

O número de antropólogos no Brasil tem aumentado consideravelmente nos últimos anos e proliferado os Cursos e Programas de Pós-Graduação em Antropologia que estão credenciados para atuar e preparar profissionais.

A Antropologia como campo de trabalho está bem diversificada. Antropologia e Desenvolvimento é uma disciplina nova e faz parte das optativas dos Programas de Pós-Graduação. Muito já se escreveu se esta disciplina pode ser considerada ciência. Pensam alguns, trata-se de Antropologia Aplicada. Há um reconhecimento que se trata de um campo de trabalho que gera conhecimentos, métodos e conceitos.

Os antropólogos contemporâneos vêm sendo convidados a elaborar Laudos antropológicos para o Ministério Público Federal, para a Fundação Nacional do Índio, para empresas públicas e privadas. Estes órgãos necessitam de etnografias bem elaboradas, para serem incorporadas nos processos que tratam sobre Povos Indígenas e Projetos de "desenvolvimento," programados para serem implantados em Terras Indígenas.

Os estudos sobre populações ribeirinhas, caboclos, parceiros, pequenos produtores e de populações de áreas urbanas ameaçadas por tais projetos são campo de trabalho de antropólogos. Atuam também em consultorias contratadas pelo setor elétrico para a produção de EIA-RIMAS.

Os antropólogos são convidados para emitir pareceres em laudos periciais que tratam sobre disputas de terras indígenas na Justiça Federal. Atuam na defesa do patrimônio cultural e em Conselhos de Cultura, do Patrimônio Cultural e Artístico e de Educação Indígena, vinculados às Secretarias de Estado da Cultura e da Educação.

Organizações Não Governamentais contratam antropólogos para orientar as ações dos movimentos políticos organizados.

A ABA tem organizado Seminários, Encontros, Fóruns que trataram dessas questões e em diversas oportunidades os textos discutidos foram reunidos em livros : Desenvolvimento e

Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo organizado por Arantes, A.; Ruben, G. e Debert, G. (1990); A Perícia antropológica em Processos Judiciais, organizado por Silva, O. Luz, L. e Helm, C. (1992) e A Implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil, Helm, C. (coord) et alli, 1994.

As contribuições de João Pacheco de Oliveira sobre Indigenismo e Territorialização, poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo (org.), 1998 e A viagem da volta, etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena (1999) reúnem trabalhos que tratam sobre processos de Identificação e Delimitação de Terras que envolvem antropólogos contratados pela FUNAI para elaborar relatórios e pareceres.

Os textos fazem a crítica às normas e procedimentos do indigenismo oficial que contrariam a tradição da antropologia em produzir conhecimentos dentro da formação acadêmica competente. Os prazos estipulados para a elaboração desses trabalhos são curtos para uma produção detalhada e séria.

O trabalho do antropólogo fica sujeito ao acompanhamento e participação de técnicos nem sempre preparados para atuar nos processos e lideranças indígenas participarem e muitas vezes são contrárias ao trabalho etnográfico detalhado, esperando resultados práticos com rapidez nem sempre possíveis no trato de questões complexas, em que há confrontos de opiniões e as intervenções dos antropólogos nem sempre são apoiadas pela maioria dos atores envolvidos.

O trabalho de Ramos, A : O antropólogo como ator político colocou questões pertinentes que necessitam ser retomadas em oportunidades de debates, como o fórum da ABA.

Os ensaios de R. Cardoso de Oliveira (1990) sobre Práticas Interétnicas e Moralidade, sobre Indigenismo, Moralidade e o Diálogo Interétnico (1997) e Sobre o Diálogo Intolerante (1998) tratam da questão da ética e são contribuições primorosas para o entendimento de questões tão complexas.

As contribuições apontadas mostram a importância da ética e a nossa proposta inclui as intervenções antropológicas nas discussões do fórum.

A IMPLANTAÇÃO DA UHE MACHADINHO NUM CENÁRIO PRIVATIZADO: UM CASO PARA REFLEXÃO.

Sílvio Coelho dos Santos (UFSC)
Aneliese Nacke (UFSC)

INTERVENÇÕES ANTROPOLÓGICAS, ÉTICA E DIÁLOGO ENTRE ÍNDIOS E NÃO ÍNDIOS.

Cecília Maria Vieira Helm (UFPR)

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE CONSULTA ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS EM PROJETOS HIDRELÉTRICOS.

Mírian Regini Nutt (ELETROBRÁS)

OS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DOS CAMPOS DE LAGES E AS HIDRELÉTRICAS DO VALE DO URUGUAI.

Neusa Maria Bloemer (UFSC)

ESPAÇOS VIVIDOS E MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA: A EXPERIÊNCIA DE REASSENTAMENTO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ALTO URUGUAI (BRASIL).

Maria José Reis (UFSC)

PROVOCAR A DÚVIDA: SERIA ESTA A FUNÇÃO DA ANTROPOLOGIA NA PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS?

Marta Jardim (UFRGS/NACI)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE IMPACTOS PSICOSSOCIAIS NOS ESTUDOS DE VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS.

Magali C. S. Pereira (UEL)

O PAPEL DO ANTROPÓLOGO JUNTO A INSTITUIÇÕES DE INTERVENÇÃO: CIVILIZAR CIVILIZADOS?

Heloisa Paim (UFRGS/NACI)

OS PROJETOS DE GRANDE ESCALA E A QUESTÃO ÉTICA. ANÁLISE DE CASOS NO MERCOSUL.

Maria Rosa Catullo (UNLP)

POVOS INDÍGENAS E PROJETOS HIDRELÉTRICOS NO ESTADO DO PARANÁ.

Paulo Procópio Burian (COPEL/SENAM)

Airton Laufer Júnior (COPEL/SENAM)

RELAÇÕES SOCIAIS E PROCESSO DECISÓRIO NA ÁREA INDÍGENA SÃO JERÔNIMO/PR.

Letícia de Paiva Rothen (UFPR)

TERRA INDÍGENA TOLDO IMBU E OS EMPREENDIMENTOS DO SETOR ELÉTRICO NA BACIA DO RIO URUGUAI.

Maria Elizabeth Brêa Monteiro (Museu do Índio/FUNAI)